

Jornal do Engenheiro Agrônomo

ANO 43, Novembro/Dezembro de 2014, nº 280

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT



Tempos difíceis

Uma análise sobre a crise hídrica no Estado de São Paulo
Pág 06

Entrevista

Aos 99 anos, o eng. agrônomo Carlos Alves de Seixas, foi um dos fundadores da AEASP. Pág 10



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Associações de
Engenheiros Agrônomos do Brasil

Presidente Angelo Petto Neto

angelo.petto.neto@gmail.com

1º vice José Antonio Piedade

japiedade@ig.com.br | piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Henrique Mazotini

henrique.mazotini@andav.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho Figueiredo

anikka@lexxa.com.br

2º secretário Andrea Cristiane Sanches

andrea_sanches@uol.com.br

1º tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira

aenda@aenda.org.br

2º tesoureiro Celso Roberto Panzani

celso@cati.sp.gov.br

Diretor André Amosti

andre_amosti@hotmail.com

Diretora Francisca Ramos de Queiroz

nfr_queiroz@hotmail.com

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez

glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior

nmatheus2@uol.com.br

Diretor Pedro Shigeru Katayama

pedrokatayama@bol.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

Suplentes: André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, Renê de Paula Posso



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto, Celso Roberto Panzani, Henrique Mazotini, José Antonio Piedade e Taís Tostes Graziano

Coordenação

Nelson de Oliveira Matheus
Tulio Teixeira de Oliveira

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Representante Comercial: Rodrigo Martelletti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

redacaojea@aeasp.org.br / aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@certacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

EDITORIAL

Nesta gestão, mais uma vez chegamos ao final de um ano. Motivados a fazer um balanço das atividades e situações, rememoramos os acontecimentos desse período.

Uma das situações impactantes vividas no Estado de São Paulo, e parte da região Sudeste, é a seca prolongada. Como matéria de capa, esta ocorrência que afeta o abastecimento hídrico e a agricultura é abordada de maneira técnica pelo eng. agro. Orivaldo Brunini, do IAC-SAA, especializado em agrometeorologia.

Recentemente nossas preocupações foram voltadas às notícias de uma possível desativação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), como forma de ajuste econômico. Imediatamente, como representantes da classe agrônômica, na presidência da AEASP, buscamos interlocutores junto ao governo para expressar total repúdio à essa possibilidade. Nesse sentido, acessamos o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Assembleia Legislativa, que prontificou-se a tratar do assunto com o governador. Dias depois, Barros Munhoz divulgou um vídeo com a negativa dessa possibilidade e se colocou ao lado dos engenheiros agrônomos e de toda a comunidade envolvida na defesa e fortalecimento da SAA. Este vídeo está disponível no Facebook AEASP Nova Geração.

Estamos nas comemorações dos 70 anos da AEASP e a nossa diretoria tem como proposta, até setembro de 2015, trazer matérias ou entrevistas com pessoas importantes para a história da nossa Associação. Neste JEA quem nos fala sobre sua presidência na AEASP é o colega Walter Lazzarini Filho. Também temos a entrevista com o eng. agro. Carlos Alves de Seixas, fundador da AEASP, que nos brinda com um histórico de envolvimento na agronomia, relatado com lucidez aos 99 anos de vida.

Foi marcante durante este ano a cerimônia de encerramento da 57ª Semana "Luiz de Queiroz", onde como presidente da AEASP recebi uma placa alusiva aos 70 anos da Associação. Nesse evento coube-me homenagear com diploma o Engenheiro Agrônomo do Ano de 2014 - Luiz Carlos Sayão Ferreira Lima. Também nessa solenidade a diretora Ana Meire Coelho Figueiredo entregou um diploma ao eng. agrônomo Fernando Penteado Cardoso, em comemoração ao seu centenário de vida, a maior parte dela ligada à Agronomia.

Marcante também foi a solenidade "Deusa Ceres" que, pelo segundo ano consecutivo, aconteceu de forma brilhante na Agrishow.

Com o propósito de me manter envolvido nos assuntos relacionados à categoria agrônômica, aproveito o ensejo para desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de paz e realizações.

Parabéns a AEASP e a todos os seus associados!

Boa Leitura!

Eng. Agrônomo Angelo Petto Neto



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930
Site: www.aeasp.org.br
redacaojea@aeasp.org.br / aeasp@aeasp.org.br

Novo pleito

O governo do Brasil apresentou a candidatura do engenheiro agrônomo José Graziano da Silva a um novo mandato como diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A representante permanente do Brasil junto à FAO, Embaixadora Maria Laura da Rocha, apresentou formalmente a postulação do brasileiro no dia 1º de novembro.

Benin, Chile, El Salvador, França, Gâmbia, Mauritània, Paquistão, Samoa e Iêmen são os mais recentes de uma lista de países de todas as partes do mundo a manifestaram apoio à candidatura do atual Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, a um segundo mandato. "Estou orgulhoso pelo amplo apoio que tenho recebido à minha candidatura, de várias partes do mundo. É um reconhecimento de que a FAO está na direção certa. Estou confiante de que o trabalho em conjunto nos fará vencer o desafio histórico de erradicar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição", afirmou o candidato e atual diretor da FAO. Graziano foi eleito diretor-geral da FAO em julho de 2011. Ele tomou posse em 1º de janeiro de 2012 para um mandato de 3 anos e meio que termina em 31 de julho de 2015. Se reeleito, ocuparia o cargo em um segundo mandato entre 1º de agosto de 2015 e 31 de julho de 2019.



Divulgação

Homenagem póstuma



Arquivo pessoal

A Faculdade de engenharia agrônoma da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, situada no município de Cruz das Almas, batizou uma nova variedade de laranja com o nome de Ary Salibe, engenheiro agrônomo, considerado uma sumidade em citros no Brasil e falecido em 2013.

Extinção da Secretaria de Agricultura

Ao tomar ciência da notícia de que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP) poderia ser extinta, a Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), por meio de seu presidente, Angelo Petto Neto, acionou diversos canais para manifestar seu repúdio a tal possibilidade. O presidente da AEASP, também conversou com o deputado estadual Barros Munhoz, líder de Governo na Assembleia Legislativa de SP, e ex-secretário da Agricultura, para buscar apoio contra tal medida, o que resultou numa frente em defesa da Secretaria liderada por Munhoz. Ele afirma em vídeo divulgado na internet que essa notícia não tem cabimento e que o governador Geraldo Alckmin lhe garantiu que pretende fortalecer a SAA.

Celebração

A Associação Brasileira de Criadores (ABC) comemorou, em 1º de dezembro, seu 88º aniversário. Na ocasião, personalidades do setor foram homenageadas em solenidade comemorativa realizada na cidade de São Paulo (SP). Entre elas, Sivalva Silveira Neto, docente do Departamento de Entomologia e Acarologia, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/ESALQ), que conquistou honraria na categoria Ensino e Pesquisa 2014. Também foram homenageados a secretária de agricultura e abastecimento do Estado de São Paulo, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi, eleita personalidade do ano; a pecuarista Dalila C. C. de Toledo, da Fazenda São José Da-Car, de Santa Maria da Serra (SP), na categoria Pecuária de Corte; Lair Antônio de Souza, da Fazenda Colorado, de Araras (SP), na categoria Pecuária de Leite; e Demétrio Costa, editor responsável da revista DBO, na categoria Mídia.

Falecimento

A AEASP expressa seu pesar pelo falecimento, em 04/11, do engenheiro agrônomo e professor Elias José Simon, docente aposentado do Departamento de Economia, Sociologia e Tecnologia da Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp de Botucatu e diretor da Vunesp. Graduado em Agronomia pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB), em 1971. Ele tinha mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela ESALQ-USP (1976) e doutorado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração pela FEA/USP. Atuava principalmente com os temas cesta básica, assentamento rural, biogás, biodigestor e estrutura agrária.

Por que Nelore Lemgruber?

*Fernando Penteadado Cardoso

Quando o agrônomo Fausto Pereira Lima (USP-ESALQ 1954) nos disse haver gostado muito dos Nelore que havia julgado em Curvelo/MG, a Fazenda Mundo Novo-Brotas/SP, do Grupo Manah, estava inseminando sua vacada com Chumak, como fazia grande parte dos criadores da raça.

Tínhamos especial admiração por Fausto e, após inúmeras trocas de ideias, fomos com ele até Curvelo visitar o rebanho da Fazenda Papagaio, do sr. Geraldo de Paula, que nos disse ter ido conhecer a descendência dos touros importados em 1962, tendo concluído que não era superior a seus nelore originados das importações pioneiras efetuadas por Manoel Lemgruber na década de 1880.

Tentamos adquirir um tourinho de nome Jango, que Fausto recomendava, mas nada conseguimos, pois estava prometido para um criador da Colômbia. Foi quando dissemos ao Sr. Geraldo que então nos vendesse o pai do Jango, já com inúmeros filhos em seu rebanho. "Seu" Geraldo confabulou com seu capataz e concordou com a venda. Assim, adquirimos "Mistério", nosso primeiro reprodutor da linhagem antiga da raça conhecida na Índia por Ongole, embarcada no porto de Nelore, o que lhe deu novo nome no Brasil.

Vendemos nosso estoque de sêmen Chumak, fizemos outras aquisições do nelore antigo selecionado em Curvelo e nos dedicamos com afinco ao melhoramento da linhagem à qual demos o nome de "Lemgruber" em homenagem ao importador pioneiro com sobrenome de seus avós vindos da Suíça.

Desde a compra de Mistério, em 1974, decorreram mais de 10 gerações da linhagem Lemgruber selecionada para as con-

dições amazônicas, onde a Manah desenvolvia um projeto de pecuária no Sul do Pará. Estabelecemos metas de seleção, conferimos o sistema como Prof. Bonsma de renome internacional e nos mantivemos fieis à linha mestra do melhoramento: um gado adaptado às condições de nosso clima e pastagens, que fosse fértil, que ganhasse bom peso e acabamento, que fosse fácil de lidar e que mostrasse pertencer à raça Nelore.

Temos hoje a oferecer uma linhagem adaptada ao pasto a céu aberto, com escolha das novilhas que concebem em primeiro lugar aos 2 anos, dos garrotes que crescem mais rápido com acabamento, das vacas que dão mais de 2 crias a cada 3 anos, dos touros que sabem procurar forragem e fêmeas, e de animais que, em qualquer idade, são tranquilos e dóceis, fáceis de manejar, sem sofrerem estresse prejudicial nas lidas e no transporte até o abate.

Hospitalizado em São Paulo por problemas cardíacos, "Seu" Geraldo mandou recado que queria me ver. Ao visitá-lo, me disse que se sentia confortado porque a Manah estava dando continuidade aos Nelore que haviam merecido toda sua dedicação e intuição de melhorista.

**Fernando Penteadado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, USP-ESALQ, 1936 - Produtor de cana em Mogi Mirim (SP).*



Divulgação



sv.c.hu

Retrabalho

*Tulio Teixeira de Oliveira

Na agricultura o retrabalho é bem conhecido. O lavrador semeia e em razão de uma estiagem mais forte a semente não germina. Replanteio é necessário.

Ao tratar do registro de pesticidas agrícolas, o governo executivo resolveu imitar esse martírio do agricultor e distribuiu o serviço entre três órgãos estatais – Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. Uma penalidade para as empresas que solicitam a licença de comercialização desse insumo.

O que não se compreende é porque fez isso se o governo legislativo determinou outra coisa: “Art. 3º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do art. 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura”. É muito apego à burocracia. E onde está o governo judiciário que não desfaz esse desrespeito do poder executivo ao poder legislativo?

Uma vez dividida a tarefa entre três organismos, além do aumento da burocracia para as empresas, advêm os desencontros.

Um caso emblemático é o do Relatório Semestral. As empresas são obrigadas a cada semestre apresentar os dados de produção, importação, comercialização e exportação. O modelo e dados obrigatórios estão lá estampados no Anexo VII do Decreto 4074/2002. Mas não, cada órgão inventou o seu e as empresas retrabalham para cumprir as exigências arbitrárias. É o desprezo pelo acordado e determinado no Decreto. Tudo em nome da burocracia que cada um acha mais escorchante.

E a fila dos pleitos de registro só aumenta. Em setembro deste ano, na ANVISA havia:

Pleitos de registro em análise = 236

Pleitos de registro em fila de espera = 1.696

Processos pós-registro em fila de espera = 246

Com uma fila dessas o registro é conseguido em 4 a 5 anos, em média otimista. Assinale-se que o prazo legal para análise de cada processo é de 120 dias após o seu protocolo. Registre-se ainda que o IBAMA e a ANVISA cobram por essa tarefa. É leitores, a fila

não é gratuita!

É um triste desempenho brasileiro, com comentários estupefatos mundo afora, nos fóruns de produtos fitossanitários.

Para administrar esses desencontros o Decreto 4074 criou o CTA – Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos. Pena que a autocracia passou a ser o regime adotado por parte desse Comitê. Simples ofícios e atas das reuniões passam a ser regra para os técnicos avaliadores dos três órgãos:

– As empresas não podem mais fazer alterações ou aditamentos nos processos em trâmite (em verdade, parados à espera do trâmite). Agora, os direitos constitucionais são desconsiderados.

– As empresas não podem mais trocar lugar na fila de um produto mais interessante ao mercado por outro protocolado a 5 anos atrás cujo interesse imediato já passou.

– Imposição de novas exigências, antes não determinadas, aos processos já protocolados. Desrespeito total, pois estudos e testes foram elaborados tendo por base as exigências da data anterior ao protocolo.

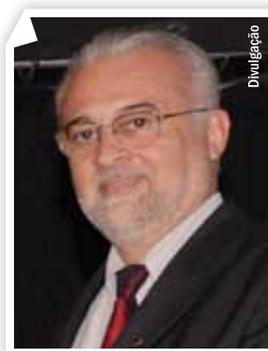
– Durante as reavaliações de ingredientes ativos os processos na fila dessas substâncias ficam paralisados. Deve ser algum tipo de pleonasma, pois parados já estão.

O Decreto 4074 no remoto ano de 2002 determinou mais uma coisa, que poderia amenizar esses descompassos. Criou o SIA – Sistema de Informações sobre Agrotóxicos, uma interação eletrônica entre os três órgãos. Mas nunca saiu do papel.

Paciência agricultores! As novas moléculas já usadas em outros países, um dia estarão à disposição de vocês. E os ingredientes ativos já na condição de genéricos lá fora, no futuro estarão também ajudando a queda dos preços do insumo-defensivo e os custos das lavouras.

Enquanto nas lavouras as pragas atacam sem burocracia, no registro dos produtos a ineficácia é retrabalhada por três. Até quando?

*Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira –
Diretor Executivo da AENDA
www.aenda.org.br | aenda@aenda.org.br



Fenômeno

As condições meteorológicas e o impacto da seca no Estado de São Paulo

*Orivaldo Brunini

O Estado de São Paulo possui características de clima tropical de altitude (Planalto) e algumas regiões definidas como clima mais chuvoso (litoral) e outras que se enquadram em clima subtropical (área Serrana). Isto identifica o Estado com o clima de verão úmido e quente, inverno seco no planalto e inverno com boa precipitação no litoral. Geada é ocasionalmente observada, com frequência entre 8 a 10 anos de recorrência. Embora com clima definido, as anomalias climáticas que mais afetam o Estado são: (a) chuva em excesso, ocasionando inundações e (b) falta de chuva que leva a períodos de veranicos, em especial, janeiro e fevereiro. Seca é um fator normal, sendo que em vários anos essa ocorrência foi mais acentuada, como nos anos 1963, 1961, 1978, lembrando que também em 1985, houve seca severa no Estado. Neste ano de 2014, o fenômeno seca apresenta-se de forma acentuada no Estado, o que vem trazendo sérios prejuízos à agricultura, abastecimento humano e uso industrial. Este pequeno relato tem a finalidade de mostrar de maneira sucinta as condições gerais da seca no Estado e seus efeitos em diversos ramos.

Efeito da seca – aspectos agrônômicos e sociais

O fenômeno seca é um dos mais antigos e estudados em todo o planeta e existem evidências de que muitas civilizações Pré-Colombianas sucumbiram em função deste evento. A seca é um fenômeno natural e que vai aos poucos se instalando em uma área, é o resultado da baixa precipitação pluviométrica em função da que é a considerada normal para uma dada região. Assim, quando se analisa este fenômeno, alguns aspectos básicos devem ser considerados, como abaixo indicado:

a) Quando uma área já é considerada susceptível à seca (Drought Prone Área), tanto do ponto de vista meteorológico ou hidrológico, parâmetros e análises devem ser feitos para mitigar um processo que certamente ocorrerá. Este processo de planejamento deve ser previamente antecipado, elaborando estudos de recorrência do mesmo e os graus de intensidade;

b) Áreas onde este fenômeno é esporádico ou que sua incidência é muito pequena, as ações também devem ser implementadas para estabelecer planos de contingência e de metas que minimizem os possíveis impactos nas atividades em geral.

Um aspecto muito importante a ser considerado é a diferença básica entre seca e estiagem. Seca é um processo constante de redução da precipitação que aos poucos se instala em uma dada região, trazendo consequências agrícolas, econômicas e sociais de grande importância e somente com processos ou ações externas, seus efeitos negativos podem ser minimizados. Onde nem a irrigação pode ser utilizada, pois não existe suficiente reserva hídrica para que esta técnica seja empregada. No caso da estiagem,

são pequenos períodos onde a precipitação observada é abaixo da normal, em períodos de tempo curto (10 a 15 dias) e geralmente ocorrem durante uma estação chuvosa. O impacto deste fenômeno é mais sobre atividades agrícolas.

Quando a falta de precipitação, no caso da estiagem, se estende por um longo período de tempo (meses) e a reserva hídrica, suprida pela precipitação, não é adequada para atender a demanda das atividades humanas, industriais, agrícolas, temos a seca. Existem regiões do Globo terrestre que são mais prováveis da ocorrência da seca, como o Nordeste do Brasil, Sul da África, Austrália, Europa, regiões da China, e várias outras.

Usualmente, na literatura quatro definições de seca podem ser elaboradas e estas são fundamentadas principalmente no campo de atuação do especialista ou no enfoque a ser dado. Estas são baseadas em considerações meteorológicas, hidrológicas, agrícolas e econômicas. Seca meteorológica refere-se às condições de precipitação pluviométrica abaixo das normais esperadas. Já a seca hidrológica refere-se aos níveis de rios e reservatórios abaixo do normal, afetando todo o processo social e outras atividades, enquanto a seca agrícola está mais relacionada à baixa umidade do solo, ocasionada pela baixa precipitação em um dado período sendo insuficiente para suprir a demanda das plantas, e neste caso, podemos ter diferentes graus de seca agrônômica ou agrícola, pois isto depende muito da cultura em análise. A seca econômica, por sua vez, ocorre quando o déficit de água induz à falta de bens ou serviços (energia elétrica ou alimentos, por exemplo), devido ao volume inadequado, à má distribuição das chuvas, ao aumento no consumo, ou ainda ao mau gerenciamento dos recursos hídricos.

O estudo foi desenvolvido a partir do banco de dados existentes na rede meteorológica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenada pelo CIIAGRO/IAC, estabelecido com recursos do FEHIDRO, e que conta com a colaboração da CATI, e da FUNDAG, na gestão e suporte técnico e financeiro. A rede meteorológica de suporte é de alta importância ao monitoramento e, em quase sua totalidade, financiada pelo FEHIDRO por meio de seus comitês de bacias hidrográficas e a gestão e manutenção feita pela FUNDAG em parceria com o IAC e CATI. A metodologia para análise e cálculo dos índices pode ser acompanhada nos sites: www.ciiagro.sp.gov.br; www.infoseca.sp.gov.br e www.ciiagro.org.br/ema. Os índices utilizados foram:

a) **Índice Padronizado de Precipitação-SPI** – O SPI é baseado em um banco histórico de dados de chuva (30 anos no mínimo) sendo ajustado através da distribuição gama a qual é então transformada em uma distribuição normal, a qual, pela definição tem o valor zero para sua média e variância unitária. O evento seca ocorre

em análise

quando o valor do SPI é igual ou menor a -1 e tem seu fim quando o índice torna-se positivo.

b) Balanço Hídrico e Déficit de Água no Solo – O balanço hídrico permite estimar os períodos de deficiência e excedente de água e a possível reposição de água no solo. Neste caso foi estabelecido o balanço hídrico da situação ocorrida até abril de 2014 e uma projeção considerando-se as normais climatológicas até novembro.

c) Índice de severidade de seca de Palmer-PDSI – Um dos índices mais utilizados e mundialmente reconhecidos para quantificação da seca é o Índice de Severidade de Seca de Palmer. PALMER (1965) considera que o total de precipitação requerida para manter uma área em um determinado período sob condições de economia estável é dependente da média dos elementos meteorológicos, das condições meteorológicas dos meses precedentes e do mês atual para a área em questão.

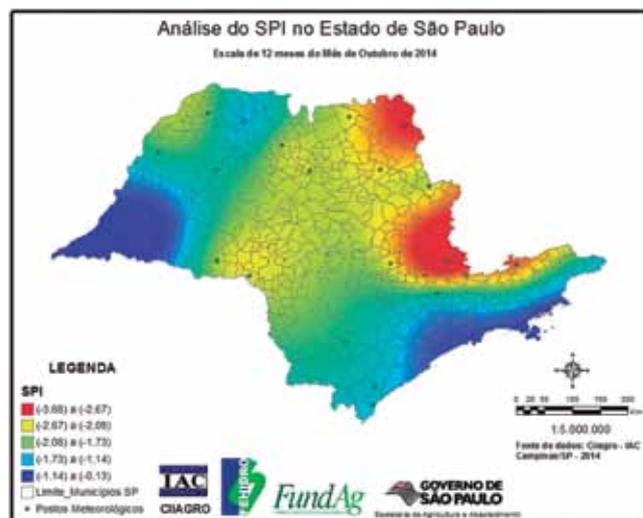
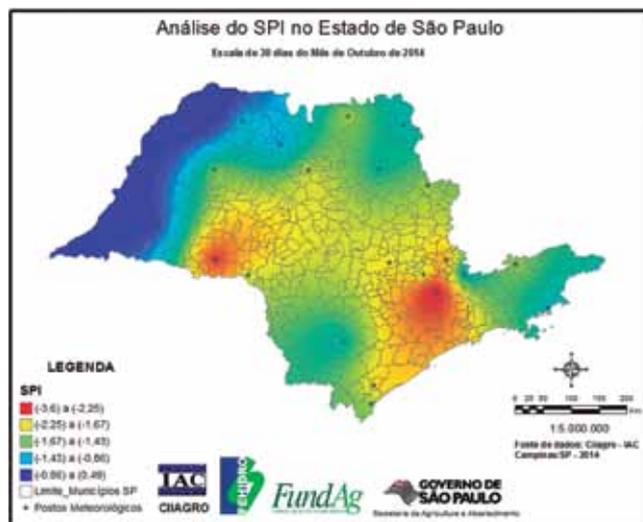
Análises efetuadas

As figuras 1a e 1b apresentam o termo do SPI, em escala mensal e anual para Outubro de 2014. Observa-se que o Estado ainda apresenta séria restrição hídrica, com efeitos negativos sobre as culturas e consumo humano.

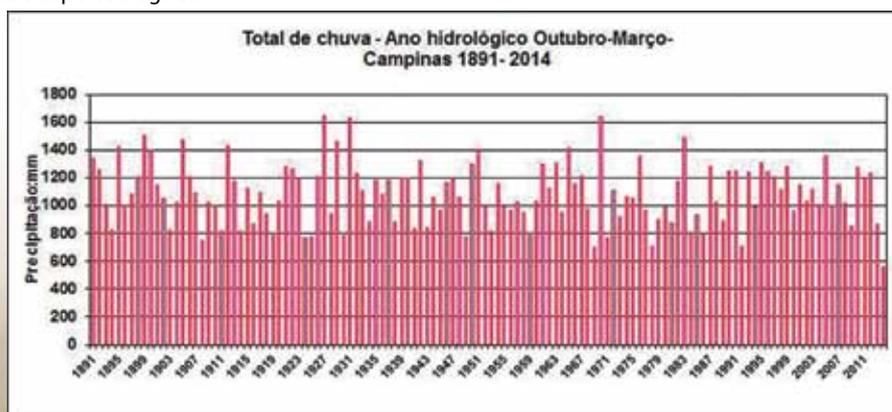
Observa-se que quase todo o Estado está com índices negativos, ou seja com seca. E esta situação é ainda mais preocupante na região do Sistema Cantareira. Esta situação de séria restrição é corroborada pelos índices acumulativos de precipitação, por exemplo, Campinas, onde o total de chuva observada entre janeiro e outubro de 2014, foi inferior a 500 mm, sendo o esperado acima de 1000 mm. Na figura 2 temos o total de chuva considerando o período outubro 2013 a março de 2014. Observa-se que este período foi um dos mais secos ao Estado foi submetido em 124 anos de análise.

Esta drástica situação de recursos hídricos e suporte à agricultura pode ser melhor visualizada no mapa do Índice de Palmer(PDSI), conforme figura 3. Todo o Estado está com valores abaixo de menos dois, indicando seca severa no mês de outubro, o que foi observado pela frustração de plantio em muitas áreas.

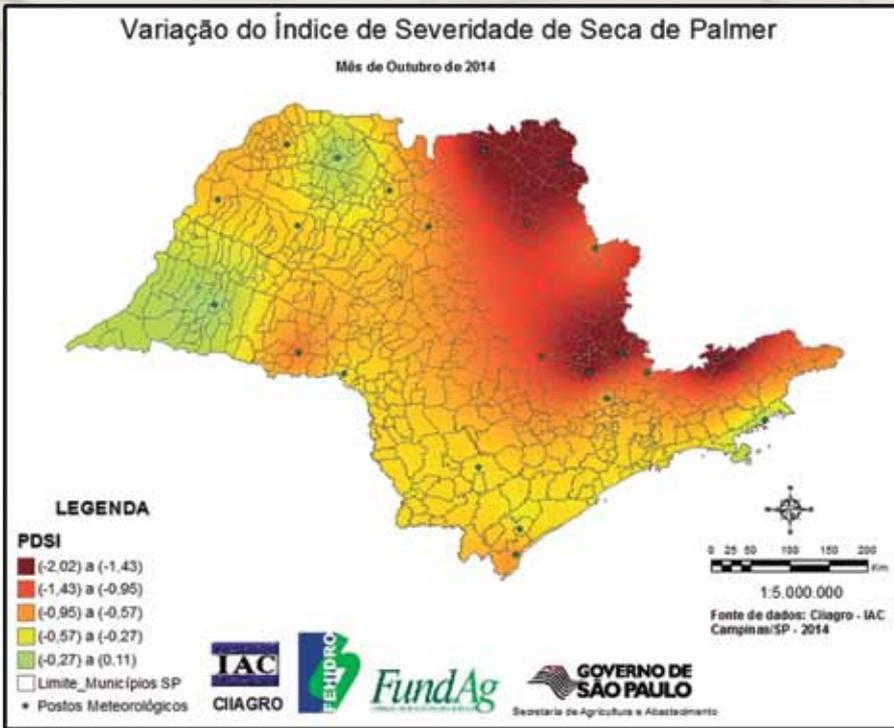
Quando se confronta estes índices com os parâmetros do balanço hídrico tem-se uma visão da situação hídrica e seus impactos na agricultura. As figuras 4 e 5 abaixo, mostram o total de deficiência hídrica para Campinas e Ribeirão Preto até outubro de 2014.



Variação do SPI em escala mensal(1ª) e anual(1b) para o Estado de São Paulo, considerando o mês de outubro



Total de chuva de outubro a março em Campinas-SP



Importância dos resultados

Estes simples resultados mostram que embora o Estado seja de certo modo favorecido pelas condições climáticas, com clima tropical, e que possui em média bom regime hídrico, o fenômeno seca não pode ser descartado e estudos que levem a uma segurança hídrica e alimentar devem ser implementados.

**Orivaldo Brunini é engenheiro agrônomo e pesquisador na área de agrometeorologia do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é membro da Comissão de Agrometeorologia da Organização Meteorológica Mundial desde 1988.*

Índice de Severidade de Seca de Palmer (PSDI) para o Estado de São Paulo no mês de outubro de 2014



Balanço hídrico descendial de Campinas, de Agosto a outubro de 2014.



Balanço hídrico descendial de Ribeirão Preto, de Agosto à outubro de 2014.

Há realmente uma forte restrição hídrica em todo o período, pois em todos os meses foi observado déficit hídrico elevado.

Município em foco

O Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é órgão da Prefeitura responsável por planejar, programar, executar, organizar, supervisionar e controlar as políticas públicas inerentes a sua área de atuação, ou seja, agricultura e meio ambiente.

A presença de engenheiros agrônomos nas administrações públicas é de suma importância para o sucesso das ações e programas. Só no Estado de São Paulo são 645 municípios. Por essa razão, o JEA fará um especial destacando o trabalho de alguns desses profissionais que enveredaram pelo serviço público.

Artur Nogueira

Situada na Região Metropolitana de Campinas, a cidade de Artur Nogueira (SP), possui 44,1 mil habitantes e, uma particularidade, sua população rural cresceu. Quando se compara o censo de 2007 com o de 2010, nota-se um salto de 2,2 mil para 4,1 mil, pessoas, enquanto o número de habitantes na área urbana manteve-se constante.

A população rural do município passava, até então, por intensa redução decorrente de migração e da emancipação dos municípios de Engenheiro Coelho e Holambra.

Entretanto, este aumento não está associado à atividade rural, resulta da formação de aglomerados em alguns bairros e exige mudança no olhar da gestão pública para planejamento de ações, alerta a esalqueana, da turma de 1989, Roseli Teresinha Paes Barbosa Borges, que já atuou na área de melhoramento genético e hoje trabalha com extensão rural na Secretaria de Agricultura de Artur Nogueira.

O município mantém perfil agrícola, por isso os serviços são, predominantemente, associados à atividade rural. Ela conta que estão registradas 1.051 unidades de produção agropecuária no município, com tamanho médio de 14,2 ha. São pequenas propriedades que demandam por serviços de assistência técnica e extensão rural pública. As principais demandas estão associadas à conservação de solo, regularização ambiental das propriedades, manejo das principais culturas, participação nos programas de aquisição de alimentos e crédito. “Trabalhamos com orçamento limitado, assim procuramos somar esforços com outras instituições, no atendimento coletivo dos agricultores”, diz a engenheira agrônoma.

A Secretaria mantém o foco no desenvolvimento de atividades de capacitação em fertilidade do solo e transição agroecológica. Também oferece atendimento individual através de consultas, visitas e prestação de serviços. “Motivamos o processo de organização social rural, através do apoio aos conselhos, associações e cooperativas; incentivamos participação do agricultor familiar nos programas de aquisição de alimentos (PNAE, PPAIS, PAA)”, comenta Roseli.

Através de convênio junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, eles desenvolvem de forma integrada planos de trabalho e projetos para atender a necessidade do agricultor”, comenta Roseli. Ela destaca a importância do engenheiro agrônomo no serviço público e o trabalho de extensão rural, que considera essencial para o desenvolvimento da agricultura nos municípios.

Um dos principais desafios da agronomia, segundo a engenheira agrônoma, é reverter o processo de empobrecimento dos solos explorados,

resultante de diferentes fatores, tais como erosão e manejo inadequado. “Com os solos pobres, com problemas em sua estrutura física e química, associado à baixa diversidade genética das espécies exploradas, os agricultores enfrentam dificuldades na produção e comercialização. A recuperação da qualidade dos solos não é rápida e exige profissionalização do agricultor, principal agente da mudança”, ressalta ela.

Além disso, ela menciona a dificuldade de cumprimento da legislação ambiental, trabalhista, assim como de regularização fiscal e fundiária. “Nós, extensionistas, temos a responsabilidade de disponibilizar as informações através de diferentes atividades de capacitação, não somos os agentes diretos da ação”, reforça Roseli. O município também enfrenta a especulação imobiliária, por isso as terras são caras e ocorre a pressão para a venda de terrenos cada vez menores.

A equipe possui quatro profissionais. Além de Roseli, há outra engenheira agrônoma, “fato que favorece a aproximação com as famílias de agricultores e envolvimento das mulheres no processo de gestão da atividade desenvolvida e sua consequente participação nas atividades de capacitação e organizações”, acentua a engenheira agrônoma.

Dentre as principais conquistas da Secretaria ela cita a formação de equipe técnica, contratada através de concursos públicos, que resultou no desenvolvimento de projetos de médio a longo prazo, com fortalecimento de vínculo com os agricultores locais. Como exemplo, ocorreu o processo de organização social através da maior participação civil no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), sobretudo agricultores, e apoio na formalização de associações e cooperativas. A revisão participativa do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural para o período 2014/ 2017 protagonizada pelo CMDR também é uma realização importante.



Carlos Alves de Seixas

Adriana Ferreira | Foto: Sandra Mastrogiacomio

Pode não haver uma receita única para se ter uma vida longa e saudável, mas o engenheiro agrônomo Carlos Alves de Seixas nos indica como manter o raciocínio rápido e a memória ativa aos 99 anos de idade: ser um leitor e um trabalhador contumaz.

Impressiona a perspicácia, a cultura e a forma ágil como o eng. agrônomo expõe suas ideias. O esalqueano, da turma de 1937, que teve como contemporâneos, os colegas Angelo Paes de Camargo, (climatologista) e Alfredo Kupper (pedólogo), recebeu a equipe do Jornal do Engenheiro Agrônomo em seu escritório, na avenida Paulista, onde dá expediente todos os dias. Antes de nos sentarmos para dar início a essa entrevista, ele nos conduziu até um quadro pendurado na parede, era o certificado declaratório de sua participação no Movimento Constitucionalista de 1932, emoldurado. Ele mostrou também a cicatriz deixada em sua cabeça ao ser atingido de raspão por uma bala, durante combate no dia 12 de Setembro na Frente de Queluz (SP).

Sempre engajado, Carlos teve grande participação nos primórdios da AEASP, foi vice-presidente na chapa do eng. agrônomo José Calil, um dos primeiros presidentes da entidade e desde então, é sócio e faz questão de contribuir com a organização.

Como fitossanitarista do Instituto Biológico, em São Paulo, protagonizou outros momentos históricos da agronomia nacional como a descoberta do meio químico de controle da broca do café, uma praga que prejudicou sensivelmente a cafeicultura e a economia nacional na década de 1940. Também esteve à frente da bem sucedida operação que combateu e controlou o surto de gafanhotos que atacou na Média Sorocabana e na Região Norte do Paraná. Além disso, foi pioneiro na prática da aviação agrícola com os polvilhamentos aéreos em lavouras cafeeiras. Recentemente, ele recebeu uma homenagem do CREA-SP dirigida aos profissionais que alcançaram oito décadas de vida e deram significativas contribuições para o desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo.

Oriundo de uma tradicional família baiana, seu pai era um homem de negócios que se estabeleceu em São Paulo e, dentre outras atividades, possuía fazendas no interior do Estado. Não havia engenheiros agrônomos no clã dos Seixas; de seus oito irmãos, Carlos foi o primeiro que escolheu a engenharia agrônômica e afirma que jamais se arrependeu. Ao contrário, se orgulha.

Devorador de livros, ele gosta de biografias, como as dos filósofos gregos, e de outros gêneros. Recentemente leu Inconfidência Mineira, de Cecília Meireles. Defensor da democracia, ele exalta a diversidade do povo brasileiro e assegura que o Brasil se tornará uma grande potência, "em função de seu grande território e dos seus legítimos líderes". Diz ainda que os problemas que vivemos são normais para um grande país em desenvolvimento.

Com 99 anos de sabedoria acumulada e uma memória invejável, ele é testemunha e partícipe da evolução da agronomia brasileira

Além de trabalhar seis horas diárias em seu escritório e ocupar a mente com leituras, Carlos mantém contato diário com a família. Viúvo, ele tem três filhos, oito netos e 11 bisnetos. Conta que não sabe carregar bebês no colo, mas em compensação se dá muito bem com os adolescentes.

■ Como foi se tornar o primeiro engenheiro agrônomo da família?

Foi difícil, eu tinha 18 anos quando comuniquei ao meu pai e achava que ele não iria concordar. Naquele tempo, Piracicaba era longe, a gente ia pra lá e só voltava no mês seguinte, porque o meio de transporte era só trem.

■ Sendo um rapaz urbano, porque se interessou pelo meio rural?

Tudo começou quando eu fui ferido na Revolução de 1932. Depois disso, fui para fazenda do meu pai em Rio Preto, e lá fiquei durante três meses para me recuperar. Quando voltei, completei o meu ginásio e comuniquei a meu pai minha decisão de me tornar engenheiro agrônomo. O contato continuou na Fazenda com a lavoura, com o gado e principalmente com o pessoal me despertou o interesse. Já estudante, na ESALQ, nunca tive dúvidas. E olha que é um curso difícil!

■ Como iniciou sua carreira?

O que mais me encantou desde início foi a pecuária, que faço hoje. Mas na época, só havia trabalho no serviço público. Fui para o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), na área do Serviço Científico do Algodão, muito bem desenvolvida pelo notável eng. agrônomo, Raimundo Cruz Martins. Depois, fui para o Instituto Biológico (IB), em São Paulo, como fitossanitarista, onde fiquei por uma década. Na sequência, passei a trabalhar como autônomo, acho que fui um dos primeiros profissionais de agronomia a trabalhar oferecendo serviços agrícolas. Tive, posteriormente, uma empresa, com vários clientes, como o Ministério do Planejamento e companhias estatais, como a Vale do Rio Doce. Hoje, sou pecuarista, possuo propriedade em sociedade com o meu genro, também engenheiro agrônomo, Amílcar Gameiro.

■ Quais foram suas principais realizações profissionais?

A Alta Sorocabana foi atingida por um surto violento de gafanhotos, nuvens procedentes do Chaco argentino. Eu chefiar o combate nessa região e no Norte do Paraná. A campanha foi vitoriosa nos dois Estados. Outro trabalho fundamental foi o combate à broca do café. Em 1948, o Brasil exportava cerca de 40% de café, portanto a economia brasileira dependia dessa cultura e a broca causava prejuízos enormes. Os meios de combate adotados eram insuficientes. Nesta oportunidade, montei um

laboratório de campo na Fazenda São José da Figueira Branca, município de Galia, na Alta Paulista, e com o auxílio de alguns funcionários do IB, desenvolvi um método para controlar a broca do café, a partir dos novos inseticidas de então. Assim, introduzi o conhecido BHC (hexaclorato de Carbono) no Brasil.

■ **De que forma conseguiram conter a praga?**

A broca era tida como impossível de ser combatida porque ela vivia dentro do fruto, e eu verifiquei no campo, em observações de experimentação, que a fêmea fecundada abandonava o fruto em determinada época do ano para perfurar os frutos da safra nova. Nesse abandonar frutos velhos para procurar frutos novos, ela fazia um passeio. Como certas senhoras que quando vão ao shopping, param numa vitrine e noutra (risos). Ela era fecundada dentro do fruto porque o macho nascia e morria nele. Então, a fêmea fecundada saía, à partir das 10 da manhã, e perfurava um fruto em definitivo lá pelas 5 horas da tarde. De modo que passei a utilizar inseticidas de contato atuantes nesse período e a polvilhar com diversos inseticidas, inclusive o BHC. Houve grande repercussão e fui convidado por governos de outros estados e também de Portugal para dar palestras sobre o tema em Angola, na África.

■ **Foi nessa época que começaram os polvilhamentos com o uso de avião?**

Sim. Só São Paulo tinha perto de 1 bilhão de pés de café, comecei a usar polvilhadeiras de tração terrestre. Ao perceber a limitação delas, passamos a desenvolver a polvilhadeira de carreta. Evoluí nos estudos e cheguei a conclusão de que precisava do rendimento e eficiência do polvilhamento aéreo, não praticado até então no Brasil. Fizemos o primeiro voo com um avião cedido pela Companhia Aeronáutica Paulista, no município de Cafelândia, na Fazenda Chantebled, do eng. agrônomo João de Moraes Barros. E quem pilotava era uma mulher, Ada Leda Rogato, brasileira, secretária do IB e aviadora. Eu viajei ao lado dela. [Ada foi pioneira na aviação no Brasil, uma mulher à frente de seu tempo, possui uma interessante biografia]

■ **Como foram os primeiros tempos da AEASP?**

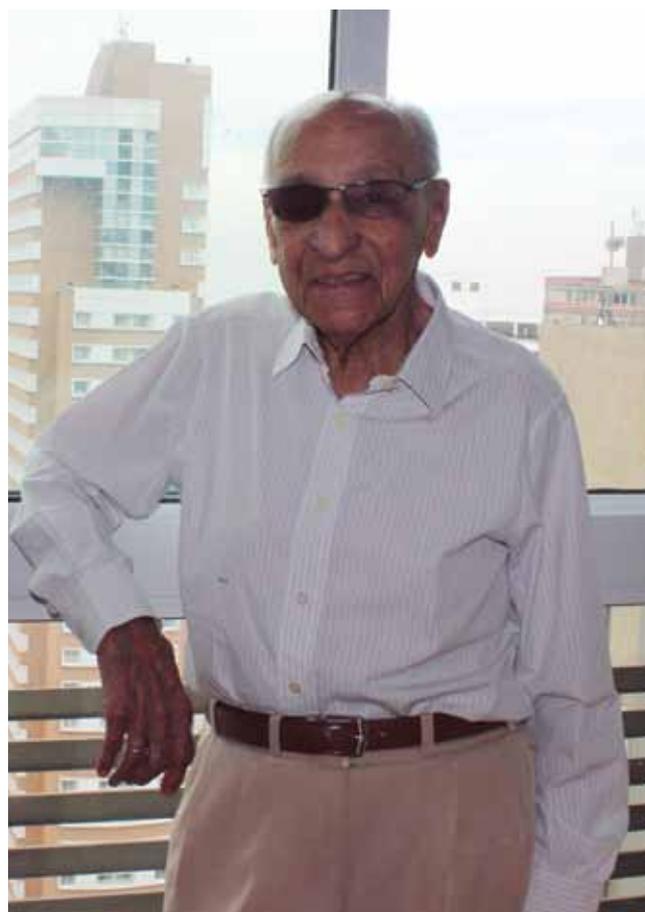
Eu estive desde o início da Sociedade Paulista de Agronomia (antigo nome da AEASP) ao lado do primeiro presidente, que era meu amigo pessoal, e também com o presidente, deputado José Calil. A primeira sede foi em Campinas. A nossa motivação para criar a AEASP foi a evidente necessidade de reunir uma classe que era dispersa. E nesses primórdios, a sociedade caminhou com muita dificuldade exatamente porque os profissionais sempre estiveram espalhados por regiões diversas do país.

■ **Qual foi o maior desafio de criar uma associação para uma categoria com perfis profissionais distintos e tão dispersa?**

O maior desafio era tornar a entidade conhecida para que os engenheiros agrônomos pudessem se tornar sócios, isto levou uns três anos. A adesão foi gradativa e em quatro anos, a AEASP já tinha um corpo associativo significativo. Os servidores públicos eram a maioria. A principal reivindicação naquela época era gerada pela falta de conhecimento do trabalho agrônomo pela sociedade. A AEASP precisou fazer uma divulgação de si própria e dos profissionais de agronomia.

■ **A principal conquista nesse período qual foi?**

Justamente foi tornar conhecida a atividade do engenheiro agrônomo. Devo dizer que o trabalho de José Vizioli, na cana de açúcar, também nos ajudou porque teve uma repercussão grande, conferindo ainda mais credibilidade para os profissionais. Ressalto que a compra da sede da AEASP, no centro de São Paulo, foi uma das coisas formidáveis feitas pelo seu fundador Arnaldo Camargo!



■ **Hoje, é difícil atrair os jovens para o associativismo, como trazê-los para a AEASP?**

Os jovens devem ser atingidos através do Jornal do Engenheiro Agrônomo, porque se trata de um contato frequente. À medida que o jornal atingi-los, isso vai criar maior desejo de proximidade deles com a AEASP. Eu vejo por mim, recebo o jornal e o leio inteiro. O profissional sem associação, principalmente em uma classe que trabalha dispersa como a nossa, se sente isolado. E o isolamento é o pior conselheiro para o ser humano.

■ **A quem o senhor atribui a sua longevidade e saúde, é genético?**

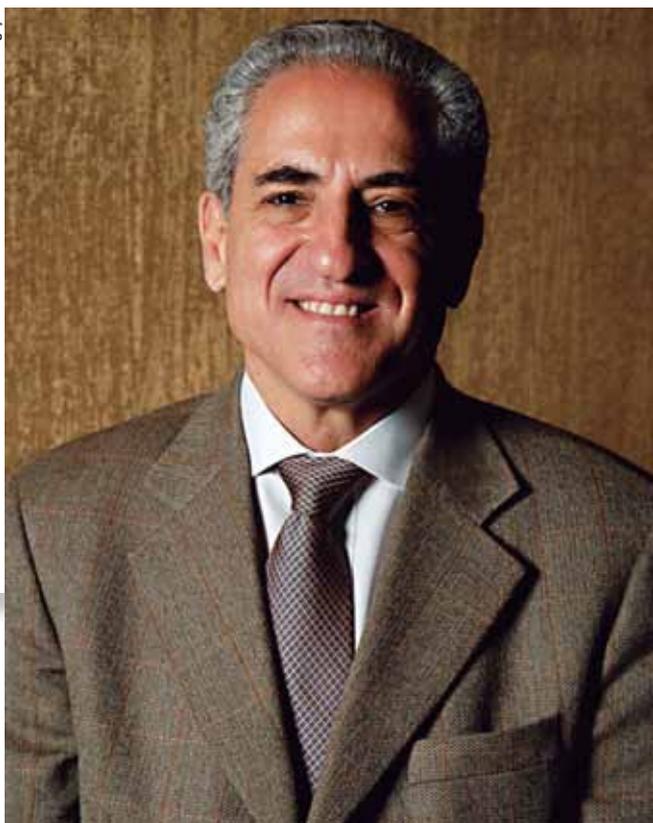
Minha mãe faleceu com 88 e meu pai com 89. Fora eu, meu pai foi quem viveu mais na família. De modo que a lucidez, eu atribuo a genética e à minha permanente atividade.

■ **O Brasil atravessa um período caótico?**

Absolutamente não! A história de um país, principalmente o nosso que é subdesenvolvido, passa por crises, mas elas são transpostas. Estamos num país onde o regime que prevalece é o democrático e dá para verificar que a democracia está infiltrada no sentimento nacional. Há movimentos antidemocráticos, mas eles não conseguem se expandir porque não encontram clima. Tenho a certeza que esse país será, mais dia, menos dia, uma potência democrática. Para isso, temos um vasto território, porque não há potência mundial em territórios medíocres. E o nosso território precisa se manter uno. Nossos problemas serão superados pela melhoria da educação, saúde e prática política.

■ **Qual é a sua filosofia de vida?**

Há uma frase de Benjamin Disraeli [primeiro ministro britânico, em 1868 e de 1874 a 1880, e principal responsável pelo desenvolvimento da democracia na Grã-Bretanha] que me define; "Não reclame, não se queixe, cuide bem do seu objetivo". Essa frase me penetrou. Minha vida se alterna entre resignação e luta.



Sandra Mastrogiacomio

Nascido em Campinas, interior do Estado de São Paulo, Walter Lazzarini Filho e seus três irmãos sempre estiveram em contato com a terra: todos são engenheiros agrônomos e produtores rurais, assim como o pai e o avô italiano. A esposa Marilena Lazzarini, com quem está casado há 42 anos, também é engenheira agrônoma.

Formado pela ESALQ, turma de 1969, Lazzarini sempre atuou em empresas ligadas ao reflorestamento e planejamento agropecuário. Ao longo de sua carreira ocupou cargos no governo, como presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), e comandou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo por dois mandatos. Ele também foi presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) por duas gestões, (1976/1977 e 1978/1979).

Desde 1993, tem uma consultoria ambiental, que leva o seu nome e, aos 67 anos, preside o Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Acompanhe a entrevista que Lazzarini concedeu ao JEA.

O senhor tem o mesmo nome de seu pai e a mesma profissão, a escolha pela engenharia agrônoma foi influência paterna?

Com certeza o entusiasmo de Walter Lazzarini, meu pai, pela Engenharia Agrônoma contagiou os três filhos que são engenheiros agrônomos das turmas de 1959, 1967 e 1969 da ESALQ. Além disso, ter morado na Estação Experimental de Ribeirão Preto onde meu pai foi chefe, e as férias na fazenda Quebra-Cuia, em Altinópolis, influenciaram muito. Meu pai foi um profissional brilhante que ocupou inúmeros cargos na Secretaria de Agricultura e no Instituto Brasileiro do Café (IBC), tive ainda o exemplo de meus irmãos, José Fernando Lazzarini e Luiz Claudio Lazzarini, também engenheiros agrônomos e também esalqueanos.

Como encaminhou sua carreira para as questões relativas ao meio ambiente?

A preocupação quanto aos desmatamentos no país todo, em especial



EM 2014, a AEASP comemora sete décadas de sua fundação e, para celebrar a data, o JEA trará, a cada edição, uma matéria ou entrevista especial com engenheiros agrônomos que ajudaram a construir a história da Associação.

na Amazônia, a necessidade de preservação dos recursos naturais, a conservação do solo e a gestão do uso indiscriminado de agrotóxicos na década de 1970 foram os principais motivos. Nós, os engenheiros agrônomos, temos um papel importantíssimo nesses temas.

Quais são os principais desafios da agricultura brasileira hoje?

O protecionismo de alguns países desenvolvidos que criam barreiras para a importação de nossos produtos agrícolas, em especial subsídios que distorcem o custo de produção e dificultam a livre concorrência. Outro, no mesmo patamar de importância, é a necessidade de compatibilização entre a atividade agrícola e a preservação dos recursos naturais, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Qual o papel do engenheiro agrônomo e da Agricultura para a garantia dos recursos hídricos?

O engenheiro agrônomo tem um papel muito relevante na gestão de preservação de recursos hídricos e na “produção” de água, elemento essencial à vida e à agricultura. O reflorestamento das cabeceiras dos corpos d’água, do entorno das nascentes e das demais Áreas de Preservação Permanente (APP), assim como a consolidação das Reservas Legais são fundamentais por garantir a oferta de água de qualidade, evitar a erosão, o conseqüente assoreamento dos corpos d’água, e as enchentes e inundações nos centros urbanos. Estas são medidas de médio e longo prazo que podem resolver de maneira definitiva a questão de escassez hídrica e o abastecimento contínuo de água tanto para população quanto para agricultura. A construção de represas e barragens são medidas emergenciais, muitas vezes muito caras e dispendiosas. A solução natural de recarga dos aquíferos é do conhecimento, capacitação e atribuição do engenheiro agrônomo. Vamos assumir este desafio!

Como era ser presidente da AEASP no final dos anos 1970?

Era um período difícil, de ditadura política no Brasil, quando as reuniões eram vistas com reserva pelos militares, e a atuação das entidades de classe, bem como qualquer iniciativa de congregação de pessoas, totalmente desestimuladas. Seguramente éramos vigiados, apesar de nossas atividades serem restritamente no âmbito das reivindicações dos interesses dos engenheiros agrônomos e da legítima participação junto à sociedade civil. Mesmo assim, a AEASP teve atuação respeitada e depois acatada, no episódio do projeto de Lei de Patente de Sementes, que tramitava na Câmara dos Deputados. A AEASP enviou carta ao General Geisel, na época presidente da República, com todos

ENTREVISTA

Walter
Lazzarini

os argumentos contrários, e meses depois recebemos carta do General Golbery do Couto e Silva, que na época era ministro de Estado, informando que o governo havia mandado retirar o projeto da pauta de votações, ou seja, havia desistido do projeto. Haviam posições firmes da AEASP contra a proposta de implantação do Aeroporto Internacional em Caucaia do Alto; contra a proposta do governo brasileiro em oferecer a madeira da Amazônia para pagar parte da dívida externa brasileira; a luta pela implantação do Receituário Agrônomo, tornada realidade por projeto de lei de minha autoria na Assembleia Legislativa de São Paulo; a manifestação contra a implantação de Usina Nuclear na Estação Ecológica da Juréia; a aproximação com outros segmentos da sociedade civil como o Instituto de Arquitetos do Brasil, entidades ambientalistas e a imprensa. Também a participação intensa na Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), que em 1979 veio a ter a presidência e duas diretorias ocupadas por integrantes da AEASP, a interiorização da AEASP com a criação de Delegacias no Estado de São Paulo e a realização periódica de reuniões com os delegados regionais, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da AEASP. Além da dinamização do Jornal do Engenheiro Agrônomo, alguns exemplares com cerca de 28 páginas, numa tiragem capaz de atender não só os eng. agrônomos do Estado de São Paulo, como as demais irmãs congêneres, as Associações Estaduais. E as constantes manifestações para que o cargo de secretário de Agricultura fosse sempre ocupado por engenheiros agrônomos, entre outras. Essas eram as lutas no momento em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar.

Qual a principal conquista da AEASP em sua gestão?

É difícil indicar apenas uma conquista, pois o trabalho em duas gestões com a participação efetiva de todos os diretores na condução da AEASP levou ao alcance de vários objetivos. Assim, a mobilização da categoria, que como toda sociedade, estava desarticulada e isso pode ser considerada uma importante conquista. Um bom exemplo de mobilização foi o I Congresso Paulista de Agronomia, realizado em 1977, com cerca de mil participantes, dos quais 500 eram Engenheiros Agrônomos. A interiorização de AEASP e o convite a participação; o JEA eclético com espaço para artigos dos mais variados assuntos; a participação da AEASP em assuntos de interesse da sociedade como a denúncia sobre os desmatamentos, a necessidade de conservação do solo, o levantamento da questão do uso abusivo de agrotóxicos e a consequente contaminação dos alimentos e intoxicação dos trabalhadores rurais; a necessidade de preservação dos recursos naturais; a criação em 1979 do Grupo de Agricultura Alternativa, que anos mais tarde veio a se tornar a Associação de Agricultura Orgânica e abriu mais um campo de trabalho para os engenheiros agrônomos; a desconcentração de propriedade da terra, entre outros, que tornaram mais conhecido o trabalho dos engenheiros agrônomos e o reconhecimento da AEASP pelos governos e pela população.

Como o senhor vê o associativismo no Brasil hoje? E qual a sua importância para agricultura?

Este é um caminho para a solução de inúmeros problemas no Brasil. A associação a qualquer entidade de categoria profissional possibilita a solução de problemas que atrapalham o desenvolvimento da profissão. Deve-se somar o conhecimento do setor público às experiências do setor privado, para que ambos contribuam com o desenvolvimento do país, o que é obrigação de todos. Para a agricultura e para o engenheiro agrônomo é essencial o associativismo por se tratar de profissão ligada ao setor primário num país de dimensões continentais e portanto de população rural muito dispersa.

Após as atividades na presidência da AEASP, o senhor se elegeu deputado estadual por SP e foi secretário da Agricultura e Abastecimento. Qual a influência da categoria nesses episódios?

Seguramente foi o trabalho na AEASP, com o amplo apoio dos engenheiros agrônomos de nosso Estado de São Paulo, que permitiram assumir o cargo de deputado estadual em duas legislaturas, representando com orgulho minha categoria profissional. Lembro-me que na primeira eleição, 1982, fui votado em mais de 500 municípios, naturalmente com o apoio de milhares de colegas.

Como vê o papel da entidade atualmente?

Todo trabalho em entidade representativa de categoria profissional, que é voluntário, merece elogio. A cada período, seja do tempo da gestão, seja da situação do país e da sociedade, corresponde uma forma de atuação. Creio que também nos tempos atuais a AEASP deve continuar voltada à valorização da nossa nobre profissão, sintonizada com as necessidades da sociedade naquilo que possa servir a esta, na discussão de uma política agrícola que atenda as necessidades do país, harmonizando a atividade agrícola com a preservação do meio ambiente.

Quais são suas dicas para os jovens engenheiros agrônomos que desejam se aprimorar na área ambiental?

Considero o engenheiro agrônomo um ambientalista por excelência. Este profissional tem o conhecimento técnico-científico sobre os recursos naturais – solo, fauna, flora, recursos hídricos – sabe conservar o solo, manejar os recursos naturais, proteger as nascentes e as áreas de preservação permanente, recompor áreas degradadas, o manejo florestal sustentável de florestas. Este profissional tem os atributos necessários para contribuir com o uso racional dos recursos naturais, a preservação e melhoria na qualidade de vida da população. Este espaço de trabalho, que tem sido ocupado por outras categorias profissionais, pode e deve ser assumido pelos jovens profissionais. O trabalho da AEASP na oferta de Cursos de Aperfeiçoamento e/ou Especialização pode ser fundamental para o alcance deste objetivo. Inúmeras instituições públicas e privadas oferecem cursos multidisciplinares que os Engenheiros Agrônomos devem aproveitar para desenvolver seu potencial. Jovens engenheiros agrônomos, ocupem este espaço!

Festa da agronomia

Durante a tradicional reunião de Congraçamento das turmas quinquenais da ESALQ, nas comemorações pelo Dia do Engenheiro Agrônomo, a AEASP foi homenageada com uma placa por seus 70 anos de fundação.

Na ocasião, o Engenheiro Agrônomo do Ano, Luiz Carlos Sayão Ferreira Lima, que será homenageado na Cerimônia da Deusa Ceres de 2015, recebeu diploma das mãos do presidente da AEASP, Angelo Petto Neto.

Outro importante acontecimento foi o tributo ao decano dos engenheiros agrônomos, Dr. Fernando Penteado Cardoso por seu aniversário, ele completou um século de vida em 19 de setembro. A AEASP mandou confeccionar um diploma especial em reconhecimento as incontáveis contribuições do Dr. Fernando para a agronomia, que foi entregue pela 1ª secretária da Associação, Ana Meire Coelho Figueiredo.

Divulgação/Adealq



O Eng. Agrônomo do Ano, Luiz Carlos Sayão F. Lima e o presidente da AEASP, Angelo Petto Neto

Divulgação/Adealq



A 1ª secretária da AEASP, Ana Meire C. Figueiredo entrega ao Dr. Fernando Penteado Cardoso diploma pelos seus 100 anos de vida, completados em setembro.

AEASP em Dracena

A Unesp Dracena em parceria com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Dracena realizou evento em comemoração ao Dia do Engenheiro Agrônomo. O diretor da AEASP, Nelson Matheus apresentou palestra a respeito da organização da categoria do engenheiro agrônomo. Já a engenheira agrônoma Zuleica Maria L. Perez, da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, discorreu sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) e as atividades dos profissionais nessa área.

Receituário Agrônômico

Entre os dias 13 e 15 de outubro, ocorreu o Seminário Nacional de Receituário Agrônômico e Responsabilidade Técnica, realizado pela Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (CONFAEAB), com a participação da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos (SMEA) e apoio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). Segundo o presidente em exercício da CONFAEAB, Emilio Elias Mouchrek Filho, o objetivo foi mostrar a importância da utilização do receituário agrônômico para promover o uso sustentável de agroquímicos e consequente bem estar para produtor e consumidor. "Esperamos que o receituário agrônômico volte a ser um exercício profissional, o que possibilitará a utilização correta de agroquímicos, minimizando os riscos e evitando aplicação desnecessária", destacou Mouchrek.

Durante as discussões, foi indicada a necessidade de melhorias no Regulamento da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, ou seja, no Decreto Federal 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Foi sugerida pelos participantes a necessidade de profissional devidamente habilitado para prescrever o Receituário Agrônômico, visando o manejo de pragas urbanas e de plantas ornamentais na zona urbana.

Os participantes concluíram que a assistência técnica pública está aquém da demanda exigida pela agricultura brasileira, principalmente de pequeno porte. Faltam ações governamentais educativas visando à segurança dos trabalhadores, do ambiente e dos alimentos. Além disso, é preciso melhorar a fiscalização aos agricultores no que tange ao cumprimento das recomendações técnicas prescritas.

De olho em sua ART

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o número 58. Desta forma você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada à nossa entidade.

Tributo

O Engenheiro Agrônomo do Ano, Luiz Carlos Sayão Ferreira Lima, também recebeu homenagens em plenária do CREA-SP, onde esteve, ao lado dos membros da Câmara de Engenharia Agrônômica (CEA).

Educando para um NOVO TEMPO

*Fábio Kagi

O agronegócio é um setor fundamental para a economia brasileira. Em 2013, a atividade foi responsável por 22,8% do PIB nacional. Além disso, de acordo com a Confederação Nacional da Agricultura, 32% dos empregos gerados no País estão no setor.

Paralelamente ao sucesso da produtividade no campo, a cada ano é crescente a preocupação com a responsabilidade ambiental e social nas comunidades rurais. E esse empenho passa a ser refletido nas atividades de quem participa da cadeia produtiva. Indústrias, distribuidores de insumos, cooperativas, produtores e entidades de ensino demonstram em seus projetos e ações o quanto a Educação pode contribuir para uma agricultura eficiente, que seja produtiva e, ao mesmo tempo, preserve os recursos naturais.

Neste contexto, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) e suas associadas apoiam, participam e realizam, todo ano, de grandes iniciativas que promovem a adoção das Boas Práticas Agrícolas nas lavouras de todo o país, bem como disseminam a importância da responsabilidade ambiental e social nas comunidades no seu entorno. Se considerados somente os projetos que participam do Prêmio ANDEF, por exemplo, a Associação, as empresas associadas e as entidades parceiras alcançaram, juntos, uma marca inigualável: foram 18 milhões de pessoas impactadas, só nos últimos 17 anos. Todo este esforço reflete a consciência de que a Educação é um dos principais pilares na construção de uma sociedade moderna e fundamental para o desenvolvimento sustentável de todo o país e, em especial, do agronegócio.

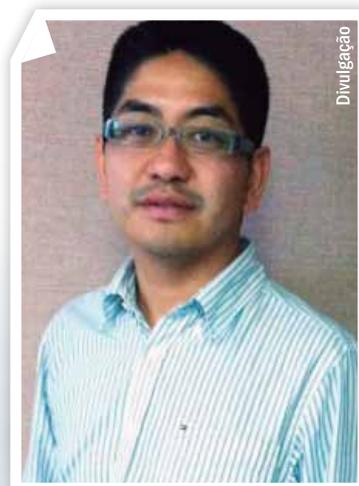
Se os decisivos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no país, tanto por instituições públicas como, principalmente, por empresas e instituições da iniciativa privada, garantiram produtos estratégicos para o salto competitivo do agronegócio, setores como o de defensivos vêm contribuindo, por meio de outras maneiras notáveis, para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Por isso, os projetos da Andef já estão presentes em salas de aula de todo o Brasil, da pré-escola ao MBA.

Há cerca de duas décadas, começaram a ganhar força os arranjos estratégicos envolvendo entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas. É o caso do SIMPAS – Sistemas Integrados de Manejo na Produção Agrícola, que há 24 anos leva aos profissionais das Ciências Agrárias de todo o país uma visão integrada de produção agrícola sustentável. Naquele cenário, com a extinção da Embrater, Empresa Brasileira de Extensão Rural, em 1990, a melhoria da educação do agricultor teve um importante apoio, além da Andef, de entidades como o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, InpEV; Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, Andav; Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, e Associação Brasileira de Agronegócio, Abag.

Hoje, em um tempo onde a informação percorre todo o mundo em questão de um clique, é preciso inovar e expandir as fronteiras. Muito além das necessárias ações específicas para os agricultores e comunidades rurais, a Andef vem desenvolvendo inúmeros projetos voltados para o público urbano que, em geral, muito pouco conhece sobre a agricultura e, principalmente, sobre o

papel dos defensivos agrícolas. O objetivo é esclarecer equívocos que se transformaram em verdadeiros mitos criados sobre a produção rural brasileira e demonstrar o papel fundamental que a adoção de modernas ferramentas de cultivo desempenha na consolidação do sucesso do Brasil como referência mundial em produtividade e sustentabilidade no campo. E a mudança só é feita com Educação.

* **Fábio Kagi é engenheiro agrônomo e gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).**



Mensagem de Natal

A AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, em nome de sua Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e demais colaboradores, deseja aos seus associados e familiares, um Feliz Natal!

Que o espírito natalino se faça presente em suas vidas durante os 365 dias do ano!

Agradecemos o apoio de todos ao longo de 2014 e fazemos votos por um novo ano farto de esperança e realizações.

Desejamos e trabalhamos intensamente para que os engenheiros agrônomos e a agronomia sejam cada vez mais valorizados por toda a sociedade. Reafirmamos o compromisso com a classe agrônômica, que tem a importante missão de assegurar a produção de alimentos e a segurança alimentar para a população.



Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:

Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP: 01041-000 | São Paulo - SP

Tel.: (11) 3221-6322 | Fax: (11) 3221-6930

redacaojea@aeasp.org.br | secretaria@aeasp.org.br

Envie suas sugestões de conteúdo e críticas para o

JEA. Encaminhe suas mensagens para:

redacaojea@aeasp.org.br

Jornal do Engenheiro
Agrônomo



FUNDAÇÃO AGRISUS
agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br